



Relatório e parecer da Comissão de Economia sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2002.

Introdução

A Comissão de Economia, reuniu na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, no dia 7 de Novembro de 2001, com o objectivo de emitir parecer nas áreas da sua competência, relativamente às propostas de Plano e Orçamento para 2002.

De acordo com a Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º1-A/99/A, compete à Comissão de Economia dar parecer sobre as propostas de Plano e Orçamento da Região, assim como habilitar o plenário nas seguintes áreas:

Planeamento e Estatística;
Tesouro, Contribuições e Impostos;
Orçamento e Contabilidade Pública;
Privatizações;
Transportes;
Agricultura;
Pescas;
Turismo;
Comércio, Indústria e Energia;
Desenvolvimento Rural;
Cooperativismo.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Nos termos regimentais, a Comissão elabora um relatório e parecer referente às áreas acima referidas, o qual, conjuntamente com os relatórios das restantes Comissões, será anexado ao parecer final desta Comissão.

Às áreas económicas anteriormente indicadas correspondem os seguintes programas do Plano para 2002:

Programa 1 – fomento agrícola

Programa 2 – apoio à transformação e comercialização dos produtos agropecuários

Programa 3 – diversificação agrícola

Programa 4 – desenvolvimento florestal

Programa 5 – estruturas de apoio à actividade da pesca

Programa 6 – modernização das pescas

Programa 7 – desenvolvimento do turismo

Programa 8 – desenvolvimento Industrial

Programa 9 – desenvolvimento do comércio e exportação

Programa 10 – sistemas de incentivos

Programa 13 – consolidação e modernização dos transportes marítimos

Programa 14 – desenvolvimento dos transportes aéreos

Programa 15 – consolidação e modernização do sector energético

Programa 31 – planeamento e finanças

Programa 32 – reestruturação do sector público regional

A Comissão procedeu no dia 30 de Outubro à audição dos membros do Governo responsáveis pela execução das matérias referidas nos programas acima elencados por forma a obter um melhor esclarecimento sobre as mesmas.



Desta forma foram ouvidos:

O Secretário Regional da Agricultura e Pescas – responsável pelos programas 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

O Secretário Regional da Economia – responsável pelos programas 7, 8, 9, 10, 13, 14 e 15.

O Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento – responsável pelos programas 31 e 32 bem como pela apresentação e esclarecimentos sobre o orçamento.

Capítulo I

Análise da proposta do Plano para 2002 por entidade proponente

O Plano Anual de 2002, adopta a estrutura do Plano a Médio Prazo 2001-2004, compreendendo um total de 33 programas, que contemplam 109 projectos, que por sua vez integram 479 acções, correspondendo a um investimento total de 250.156.883 euros (50,2 milhões de contos).

1) Secretaria Regional da Economia

Da leitura do documento e da audição do Secretário Regional da Economia e constatou-se o seguinte:

Programa 7 – Desenvolvimento do turismo

De entre os conjunto de objectivos delineados para o sector do turismo cumpre salientar o aumento da oferta hoteleira e de equipamentos de animação turística, a diversificação da oferta e a promoção de novos produtos turísticos específicos da Região, a promoção dos Açores no mercado nacional e internacional e o combate à sazonalidade. A



prossecação destes objectivos comporta verbas na ordem dos 8.512.397 euros.

O Projecto 7.1 – Promoção turística, *está dotado com 6.863.869 euros em 2002, abrangendo estudos, sistemas de informação turística, participação em feiras, viagens educacionais, materiais de promoção e campanhas publicitárias.*

O Projecto 7.2 – Oferta de animação turística, *dotado com 1.072.416 euros em 2002, compreende, por um lado, estruturas físicas de apoio, de entre as quais se destacam a instalação do parque de campismo das Furnas, o arranjo paisagístico da Lagoa e a recuperação de termas, e, por outro, acções de animação turística, nomeadamente apoio a acções de carácter cultural, recreativo e desportivo.*

Programa 8 – Desenvolvimento industrial

Este programa inclui acções de consolidação de infra-estruturas (8.1), serviços de apoio às empresas (8.2), artesanato (8.3), e intervenção específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento Industrial (8.4), com dotação global de 1.082.394 euros.

As grandes metas ao nível da indústria são reforçar a produtividade global do sector, promover a melhoria das infra-estruturas industriais, incentivando a deslocação das existentes para parques e zonas industriais e diversificar o actual modelo de especialização estimulando, selectivamente, o desenvolvimento de actividades competitivas. No âmbito do artesanato prevê-se um investimento 299.279 euros, com o intuito de incrementar a divulgação e promoção de artes e ofícios bem como a certificação e protecção dos produtos e serviços artesanais.



Programa 9 – Desenvolvimento do comércio e exportação

Ao nível do comércio os projectos do plano visam a dinamização do comércio (9.1), a promoção externa de produtos regionais (9.2) e uma intervenção específica em Rabo de Peixe – Desenvolvimento do Comércio (9.3), sendo a dotação do programa de 982.632 euros. O projecto de promoção externa de produtos regionais dispõe de uma dotação de 723.257 euros, representando cerca de 74,6% da verba global destinada ao programa.

Programa 10 – Sistema de incentivos

Este programa visa incentivar e apoiar a iniciativa privada com o intuito de modernizar a economia regional, desempenhando um papel fundamental na promoção do aumento e modernização da oferta hoteleira e do alojamento turístico em espaço rural, para este fim foi dotado com 20.201.316 euros.

Programa 13 – Consolidação e modernização dos transportes marítimos

No que diz respeito aos transportes marítimos os grandes objectivos sectoriais são melhorar as diversas infra-estruturas portuárias, racionalizar a gestão portuária, assegurar as condições para a existência de mais e melhores transportes e dinamizar a náutica de recreio e o turismo a ela associado. Para esse efeito o programa foi dotado com 6.776.171 euros no Plano Anual para 2002.

Por forma a atingir os objectivos definidos foram estabelecidos projectos dos quais se destacam o 13.2 – tráfego de passageiros inter-ilhas - e o 13.3 – infra-estruturas portuárias - que estão dotados com 2.087.470 euros e 4588.951 euros, respectivamente.



Programa 14 – Desenvolvimento dos transportes aéreos

Este programa visa essencialmente melhorar as infra-estruturas aeroportuárias, a qualidade do serviço prestado e criar as condições para novas ligações aéreas com o exterior.

Com o intuito de prosseguir estes objectivos, o programa foi dotado com 9.704.114 euros, dos quais 7.481.969 euros dizem respeito ao projecto 14.3 – serviço público de transporte inter-ilhas – e 1.498.888 euros ao projecto 14.1 – infraestruturas e equipamentos aeroportuários.

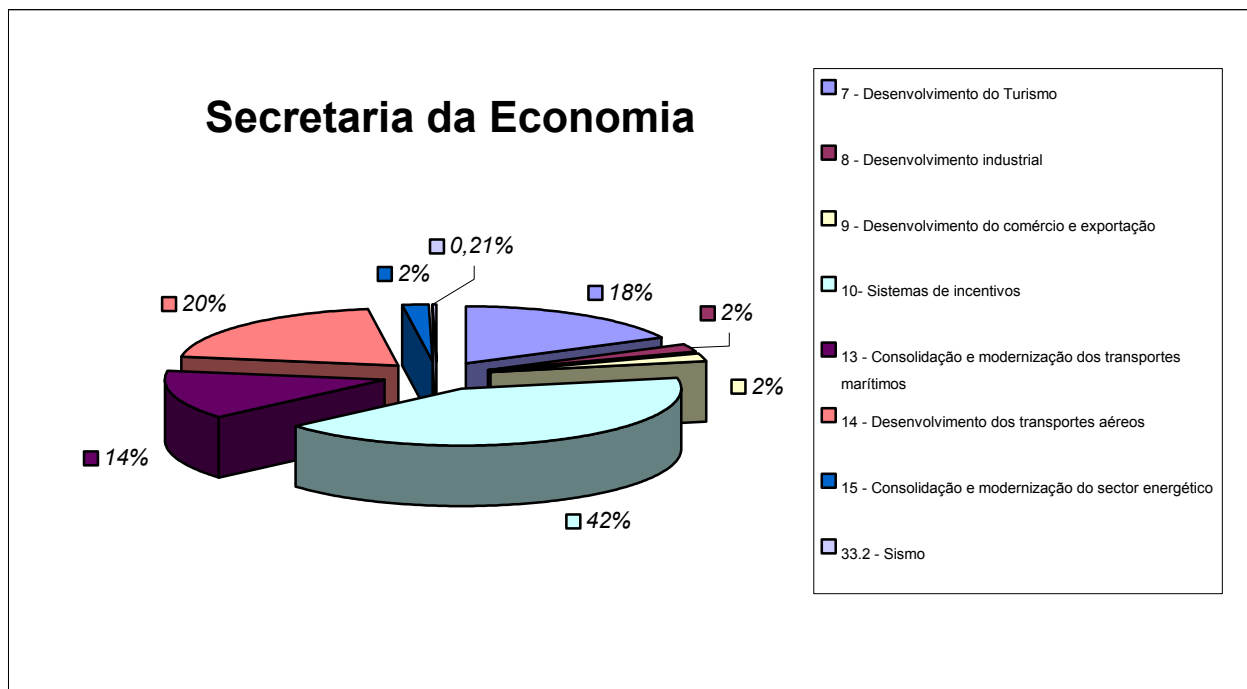
O projecto 14.3 – serviço público de transporte inter-ilhas – refere-se ao compromisso a assumir pelo Governo Regional com o novo contrato de obrigações de Serviço Público.

Programa 15 – Consolidação e modernização do sector energético

Os objectivos sectoriais definidos para este programa são, fundamentalmente, garantir o processo de convergência do tarifário eléctrico, promover acções de divulgação e formação nos domínios da utilização racional de energia e da diversificação energética e apoiar a realização de infra-estruturas eléctricas de usufruto público.

Desta forma o programa 15 encontra-se dotado, no Plano Anual para 2002, com 1.024.620 euros sendo o projecto mais relevante, em termos volume de investimento, o 15.2 – serviço público e social - cuja dotação ascende a 894.933 euros, representado cerca de 87% do investimento global previsto no programa.

Em jeito de conclusão, cumpre salientar que a dotação global desta entidade proponente atinge 48.383.404 euros, tendo cada um dos programas o seguinte peso relativo no plano para 2002:



Audição do Secretário Regional da Economia

O senhor Secretário Regional da Economia realizou uma breve abordagem aos programas da sua competência (à excepção do Sismo uma vez que não é da competência desta Comissão).

Na referida exposição salientou o crescimento registado no sector do turismo designadamente ao nível das dormidas, cerca de 25,6% de 2001 para 2002, acrescentando ainda a evolução ocorrida ao nível do mercado de dormidas. A este nível foi possível observar uma diminuição do peso do mercado do continente português (de 77% para 59%) e um aumento no peso do mercado norte europeu. Relativamente ao mercado norte americano representa apenas 2% do total de dormidas.

Para além dos indicadores de turismo para a Região, o Senhor Secretário salientou como indicadores do bom desempenho da RAA a nível

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

económico o crescimento de 20% do consumo de cimento, o crédito de cerca de 159 milhões de contos bem como volume de investimentos candidatos a programas de incentivos nacionais e regionais.

Após a exposição do senhor Secretário, foram colocadas algumas questões relativas ao aeroporto e aerogare da ilha do Pico, à situação dos Campos de Golfe do Faial e da Batalha e do Centro de Congressos da ilha de São Miguel, bem como sobre os portos da Madalena e de São Roque e também relativamente aos equipamentos das Juntas Autónomas dos Portos. Por fim foram colocadas algumas questões relativas aos transportes marítimos no triângulo.

O senhor Secretário fez saber que relativamente ao aeroporto da ilha do Pico já foi feita a declaração de utilidade pública dos terrenos e que o estudo de impacte ambiental está praticamente concluído.

No que se refere à situação dos Campos de Golfe do Faial e da Batalha, referiu que o projecto do primeiro já está concluído e que relativamente ao segundo existe o compromisso de executar 27 buracos.

No que respeita ao Centro de Congressos, o senhor Secretário adiantou que a Região é detentora de 50% do Teatro Micaelense e que o centro será objecto de uma candidatura ao SIFETUR advindo daí 75% do valor global do investimento sendo a Região responsável pelos remanescentes 25%.

Relativamente ao Porto de São Roque referiu que a verba inscrita se destina ao lançamento do concurso para a obra de reabilitação do molhe uma vez que a solução ideal ainda não foi encontrada. Quanto ao Porto da Madalena pretende dotar-se a estrutura de capacidade de os barcos serem varados em terra, no fundo melhorando as condições actuais de funcionamento.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Quanto aos equipamentos das Juntas Autónomas de Portos o senhor Secretario Regional informou que o projecto dos rebocadores para Angra e para a Horta já está concluído e que resta agora proceder à sua adjudicação, dotando desta forma os portos de condições para receber cruzeiros.

Por fim, quando questionado relativamente à situação dos transportes marítimos no triângulo, o senhor Secretário afirmou que de facto ocorreram algumas mudanças com a entrada de novos operadores mas que o Governo regional está atento a essas mudanças.

2) Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

Da leitura dos documentos e da audição do Secretário Regional da Agricultura e Pescas salientamos os seguintes aspectos:

Programa 1 – Fomento Agrícola

O programa “Fomento Agrícola” privilegia as infra-estruturas agrícolas (1.1), a sanidade animal e vegetal (1.2), a modernização das explorações agro-pecuárias (1.3) e a redução dos custos de exploração agrícola (1.4) prevendo-se para 2002 um investimento de 38.993.826 euros.

Ao nível das infra-estruturas agrícolas destaca-se, essencialmente, o abastecimento de água às explorações, os caminhos agrícolas e a electrificação agrícola, estando o projecto dotado com 3.095.877 euros.

O projecto relativo à sanidade animal e vegetal compreende infra-estruturas fitossanitárias, sanidade animal e vegetal e infra-estruturas veterinárias prevendo-se em 2002 um investimento de 3.920.555 euros.

O projecto 1.4 – reduzir custos de exploração - representa cerca de 43% (7.005.136 euros) do investimento previsto para o programa, estando previsto o apoio ao investimento, ao rendimento e ao sector cooperativo.



Programa 2 – Apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários

Este programa abrange apoio à indústria agro-alimentar, aquisição de equipamento para a rede regional de abate e a remodelação e construção de matadouros industriais.

Para a persecução dos objectivos acima definidos o programa está dotado com 13.793.216 euros em 2002.

Programa 3 – Diversificação agrícola

Este programa engloba quatro projectos: diversificação da produção agrícola (3.1), formação e informação (3.2), renovação e reestruturação das empresas agrícolas (3.3) e intervenção específica em Rabo de Peixe – Agricultura (3.4), num total de 3.815.000 contos, para o período 2001-2004.

De entre os vários programas merece especial destaque a diversificação da produção agrícola e renovação e reestruturação das empresas agrícolas prevendo-se um investimento de 2.570.000 contos e 1.045.000 contos, respectivamente (valores para o quadriénio 2001-2004).

Programa 4 – Desenvolvimento florestal

O programa de desenvolvimento florestal inclui três projectos: fomento e gestão dos recursos florestais (4.1), infra-estruturas e equipamento florestais (4.2) e uso múltiplo da floresta (4.3) prevendo-se um investimento de 3.838.700 contos no quadriénio 2001-2004.



De entre os projectos referidos acima aquele que tem maior peso relativo é o 4.2 – infra-estruturas e equipamentos florestais atingindo 2.290.000 contos no quadriénio, tendo por objectivos a promoção da construção e conservação/reparação de caminhos rurais e florestais e ainda a conservação de equipamentos florestais, designadamente infra-estruturas de apoio.

Programa 5 – Estruturas de apoio à actividade da pesca

O programa 5 abrange três projectos: inspecção e gestão (5.1), estruturas portuárias (5.2) e intervenção específica em Rabo de Peixe – Pescas (5.3), atingindo a dotação de 2.329.854 contos, no quadriénio 2001-2004.

De entre os projectos merece especial destaque o 5.2 – estruturas portuárias que visa a construção, reparação e manutenção dos portos de pesca, assim como a construção de novas lotas e assegurar as reparações e manutenções necessárias às mesmas. Este projecto representa 59% do investimento global para o quadriénio, ascendendo a 1.379.854 contos.

Programa 6 – Modernização das pescas

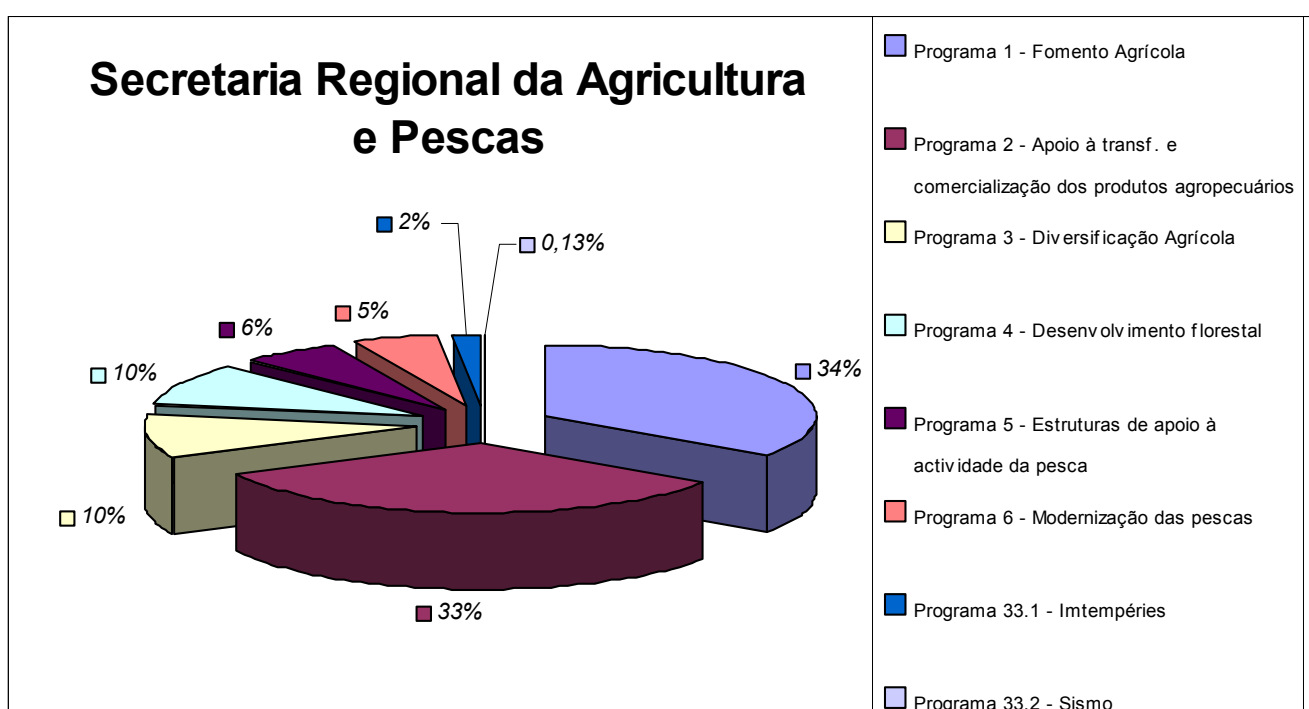
O programa de modernização das pescas pretende melhorar a frota, apoiar a transformação e comercialização e valorizar dos recursos humanos, dispondo de uma dotação de 1.920.000 contos para o quadriénio 2001-2004.

Este programa inclui 3 projectos sendo o 6.2 – transformação, comercialização e cooperação externa aquele que apresenta um maior investimento no período 2001-2004, cerca de 1.050.000 contos. Neste âmbito o projecto visa apoiar o estabelecimento de protocolos de cooperação com os PALOP's, nomeadamente com vista ao alargamento da



área de actuação da frota atuneira regional, prevendo-se também apoios às organizações de produtores do sector.

A Secretaria da Agricultura e Pescas apresenta a seguinte distribuição de despesas:



Audição do Secretário Regional da Agricultura e Pescas

O senhor Secretário afirmou que se registou um acréscimo da ordem dos 12%, no investimento do plano 2001, no sector agrícola onde se incluem as seguintes despesas:

Construção de vários matadouros e pagamento de matadouros já concluídos;

Apoios a unidades agro-industriais;

Regularização de projectos do IFADAP;

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Construção do laboratório de veterinária da ilha Terceira, o controle da BSE e da brucelose.

Ao nível do **sector das pescas** destacou:

Os programas de financiamento para modernização da frota, contando com financiamento nacional da ordem dos 795 mil contos;

A construção de portos, ressaltando que no plano constam apenas 15% do valor dos investimentos constando a diferença no orçamento da LOTAÇOR.

A formação profissional;

Os protocolos para ensaiar zonas de pesca fora da região em períodos de baixa capturação, designadamente com países africanos.

Foram colocadas várias questões ao senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas designadamente sobre a manutenção dos apoios à brucelose, a verba consignada ao Matadouro da ilha Terceira, o abastecimento de água à lavoura na ilha do Pico, os projectos para adega cooperativa vitivinícola da ilha do Pico, o destino a dar à verba inscrita no matadouro de S. Miguel, o que está previsto para o porto de pescas de Ponta Delgada e por fim o que está previsto para a Fabrica Cooperativa do Faial.

Relativamente aos apoios à brucelose, a resposta do senhor Secretário foi de que os apoios de 250 contos por cabeça são para manter, mas adiantou que entende não ser suficiente esse apoio para impor o vazio de animais estando por isso a estudar uma solução complementar.

No que diz respeito à verba inscrita para realização da construção do novo matadouro da ilha Terceira, por um lado trata-se apenas de uma estimativa pois o concurso ainda não decorreu e, por outro, esta é relativa apenas a 15% que se estima ser a comparticipação regional.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Quanto ao abastecimento de água à lavoura na ilha do Pico o senhor Secretário referiu que irão ser feitos alguns reservatórios, contudo mais terá de ser feito em benefício das próprias populações, daí que esteja a ser preparado um Plano da Água.

No que toca à adega cooperativa vitivinícola da ilha do Pico diz que os dirigentes serão ouvidos brevemente e pensa ser possível o apoio à mesma. As verbas inscritas no matadouro de S. Miguel são relativas a compromissos já assumidos.

As obras previstas no porto de pescas de Ponta Delgada são no saco, não estando prevista a realização da grande obra de construção do novo porto de pescas de Ponta Delgada.

Por fim, o senhor Secretário da Agricultura e Pescas referiu que o projecto da Cooperativa do Faial tem início este ano.

3) Secretaria Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

Da análise dos documentos e da audição do Senhor Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento e do senhor Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus retiramos as seguintes ilações:

Programa 31 – Planeamento e Finanças

O programa n.º 31 visa, por um lado, melhorar a eficiência e eficácia do sistema regional de planeamento, ao nível da preparação, da gestão, do acompanhamento e da avaliação dos instrumentos de planeamento e, por outro, maximizar o aproveitamento de recursos financeiros provenientes de fundos comunitários, quer os afectos ao PRODESA, quer os disponíveis em programas nacionais e em iniciativas comunitárias.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Com efeito, está previsto um investimento de 1.120.000 contos em 2001 e 4.259.000 contos no período 2001-2004, para fazer face a despesas relativas à gestão, acompanhamento e controlo dos programas operacionais e iniciativas comunitárias, incluindo informatização e assistência técnica. Para além das despesas referidas estão também prevista obras nas instalações dos Palácios de Santana, da Conceição e dos Capitães Gerais, bem como na Direcção Regional dos Estudos e Planeamento e na Direcção Regional das Comunidades.

Programa 32 - Reestruturação do sector público empresarial regional

Este programa tem por objectivo prosseguir a reestruturação do sector público empresarial regional, designadamente com a privatização de mais uma parcela do capital social do BCA e a afectação da receita obtida por essa via a aumentos de capital da SATA e da EDA. Com este intuito está previsto o investimento de 2.000.000 contos em 2001 e 4.200.000 no período 2001-2004.

Audição do Senhor Secretário da Presidência para as Finanças e Planeamento e do Senhor Subsecretário dos Assuntos Europeus

O senhor Secretário da Presidência para as Finanças e Planeamento referiu que o investimento previsto para o quadriénio 2001-2004 ascende a 225,5 milhões de contos, correspondendo a um investimento médio de 56,4 milhões de contos.

Acrescentou ainda que se somarmos, à verba referida acima, os fundos comunitários o investimento será de cerca de 290 milhões de contos e se por fim adicionarmos o investimento realizado pelas Juntas Autónomas e pelas empresas públicas obtemos o investimento global de 338,6 milhões de contos para o referido quadriénio.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Foram levantadas questões relativas ao programa de privatizações da SATA, os reflexos da alteração da Lei das Finanças das Regiões Autónomas no plano e no orçamento e também foram solicitadas informações sobre a execução provisória da receita e da despesa em 2000. Para além destas foram também solicitadas informações sobre a dívida financeira incluindo factoring, a dívida do sistema regional de saúde bem como a dívida de médio e longo prazo.

O senhor Secretário da Presidência para as Finanças e Planeamento informou que o percurso de privatização da SATA poderá ser semelhante ao da EDA, no sentido em que será encontrado um parceiro estratégico, estando o processo referido muito dependente das condições de mercado. Relativamente aos reflexos das alterações LFRA no plano e orçamento o senhor secretário esclareceu que os documentos em análise foram elaborados tendo por base a actual lei.

Capítulo II

Apreciação do orçamento para 2001

1. Enquadramento do Orçamento para 2001

O Governo Regional dos Açores apresenta à A.L.R.A uma proposta de Orçamento para 2001 com um valor de 162.190 milhares de contos, sem contas de ordem, o que representa um acréscimo de 16% relativamente ao montante inscrito no orçamento revisto para o ano de 2000.

Se adicionarmos as contas de ordem, 39.609 milhares de contos, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 201.799 milhares de contos, mais 8.91% do que o montante previsto para 2000.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

O valor do Plano de investimentos contido no orçamento totaliza 54.539 milhares de contos de investimento da responsabilidade directa do Governo Regional, sendo este valor o mais elevado de sempre.

A proposta de orçamento prossegue o esforço desenvolvido nos últimos anos de reforço das receitas próprias como fonte de financiamento das despesas de funcionamento. A previsão de uma ligeira inflexão a este nível decorre, por um lado, do agravamento registado nas despesas de funcionamento em virtude do estabelecimento da remuneração complementar e do complemento de pensões e, por outro lado, do efeito da adaptação fiscal nas receitas próprias da Região.

As necessidades líquidas de financiamento atingem o montante de 6.000 milhares de contos. A amortização de empréstimos anteriormente contraídos ascende, no âmbito dum processo de gestão da dívida pública, a 12.190 milhares de contos.

2. ORÇAMENTO DA RECEITA

A Receita Total prevista para 2001, sem contas de ordem, atinge o valor global de 162.190 milhares de contos, mais 16% do que no orçamento revisto para 2001.

Receitas	Dotação	
	(em contos)	%
Impostos Directos	25.570.000	15.8
Impostos Indirectos	57.850.000	35.7
Taxas, Multas e outras Penalidades	870.000	0.5

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Transferências	54.916.070	33.9
Passivos Financeiros	18.190.000	11.2
Outras Receitas	4.793.930	3.0
Total (sem contas de ordem)	162.190.000	100.0
Contas de Ordem	39.608.632	-
TOTAL	201.798.632	-

As Receitas Efectivas, que correspondem às receitas totais deduzidas dos passivos financeiros, atingem uma previsão global de 144.000 milhares de contos, traduzindo uma taxa de crescimento de 6.8%.

As Receitas Próprias da Região representam a maior componente das receitas efectivas (62%), seguidas das Transferências do Orçamento de Estado (27%) e das Transferências da União Europeia (11%).

O IVA é o imposto com maior peso nas Receitas Fiscais, seguindo-se o IRS e o IRC, respectivamente. O IVA inscrito no Orçamento para 2001 totaliza 47.650 milhares de contos, sendo que a respectiva previsão corresponde à capitação do valor deste imposto inscrito no Orçamento de Estado para o mesmo ano. Os valores inscritos para o IRS e para o IRC são de 17.420 e 8.000 milhares de contos, respectivamente. Estes valores baseiam-se em estimativas conservadoras, sendo que este facto decorre de, ainda em 2001, se reflectir parte do efeito da redução das taxas daqueles impostos na Região.

A proposta de Orçamento prevê um valor global de 38.410 milhares de contos de Transferências do Orçamento de Estado e um valor de 16.500 milhares de contos de Transferências da União Europeia (12.800 milhares de contos do FEDER, 3.500 milhares de contos do FEOGA, 190 milhares de contos do FSE e 10 milhares de contos de diversos).

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Os Passivos Financeiros representam 11.2% das receitas totais, situando-se acima do valor de 3.6% do orçamento revisto de 2000. Este aumento de aproximadamente 7.6 pontos percentuais deve-se, essencialmente, a uma operação de gestão da dívida pública.

As Contas de Ordem atingem 39.609 milhares de contos, montante que traduz um decréscimo de 12.8% relativamente ao orçamento revisto de 2000. Aquele valor global está distribuído pelos Fundos e Serviços Autónomos, com 12.708 milhares de contos, e pela consignação de receitas, com 26.901 milhares de contos.

3. ORÇAMENTO DA DESPESA

O valor global da despesa prevista para o ano 2001 atinge, sem contas de ordem, 162.190 milhares de contos. As Despesas Correntes representam 58.2% da despesa global, seguindo-se as Despesas do Plano, com 33.6%, e as Despesas de Capital, com 8.2%.

Despesas	Dotação	
	(em contos)	%
Despesas Correntes	94.429.519	58.2
Despesas de Capital	13.221.249	8.2
Despesas do Plano	54.539.232	33.6
Total (sem contas de ordem)	162.190.000	100.0
Contas de Ordem	39.608.632	-
TOTAL	201.798.632	-

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

As Despesas Correntes ascendem a 94.429 milhares de contos, sendo que as Despesas com o Pessoal (46.628 milhares de contos) e as Transferências Correntes (38.394 milhares de contos) representam, conjuntamente, 90% daquele valor. Os pesos destes agrupamentos estão necessariamente influenciados, quer pela remuneração complementar, quer sobretudo, pelos complementos de pensões.

As Despesas de Capital atingem o valor de 13.221 milhares de contos, revelando um acréscimo excepcionalmente elevado relativamente a 2000, resultante do facto de se prever a amortização de empréstimos valor de 12.190 milhares de contos.

As Despesas de Funcionamento da Administração Regional (despesas correntes mais despesas de capital) ascendem, portanto, a 107.651 milhares de contos, embora deste montante, 12.190 milhares de contos se destinem a uma operação de amortização/gestão da dívida.

	Dotação	
Despesas Correntes	(em contos)	%
Despesas com Pessoal	46.627.981	49.4
Aquisição de Bens e Serv. Correntes	2.896.510	3.1
Encargos Correntes da Dívida	2.700.000	2.9
Transferências Correntes	38.393.625	40.7
Outras Despesas Correntes	3.811.403	4.0
TOTAL	94.429.519	100.0

As Despesas do Plano totalizam 54.539 milhares de contos, mais 7.9% do que o valor inscrito no orçamento revisto de 2000. A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, com uma dotação de 14.372 milhares de



contos, é a Secretaria Regional com a maior dotação. Segue-se a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, com 10.644 milhares de contos, a Secretaria Regional da Economia, com 9.909 milhares de contos, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 8.717 milhares de contos e a Secretaria Regional do Ambiente, com 2.226 milhares de contos.

4. ORÇAMENTO DOS FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS

O valor global orçamentado para os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) ascende a 111.508 milhares de contos, dos quais 71.7% é afecto aos FSA tutelados pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com especial relevo para os hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, para os Centros de Saúde, para o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social e para o Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social. Dos restantes fundos, que representam 28.3% do total, destacam-se os tutelados pela Secretaria Regional da Economia e da Secretaria Regional da Educação e Cultura

Das despesas globais dos FSA e de acordo com a classificação funcional, as despesas de carácter social representam 76.6% do total, destacando-se entre estas, as despesas com a saúde. De entre as despesas correntes dos FSA, merecem particular destaque as transferências, 38.0%, as despesas com o pessoal, 29.5% e a aquisição de bens e serviços, 23.0%.

No que respeita à estrutura das receitas dos FSA, as receitas correntes são responsáveis por 79.2% da receita total, enquanto que as receitas de capital representam 15.7%. Do total de receitas correntes, 53.2% provêm de transferências correntes e 35.9% de receita fiscal.



5. ENDIVIDAMENTO E GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A dívida directa da Região ascendia no final de 2000 a 49.639 milhares de contos. Para o ano de 2001, o Governo Regional tem autorização para contrair empréstimos até ao montante de seis milhões de contos de endividamento líquido.

O Governo Regional pretende reestruturar parte da dívida, amortizando antecipadamente um empréstimo de 7.190 milhares de contos, contraído junto da Caixa Geral de Depósitos, e transformar uma emissão de papel comercial, no montante de 5.000 milhares de contos, em empréstimo de médio e longo prazo.

O Governo pretende, neste contexto, contrair em 2001 um único empréstimo no montante global de 18.190 milhares de contos, do qual 12.190 milhares de contos destinam-se a levar a efeito o processo de reestruturação da dívida acima descrito.

Deste modo, endividamento líquido da Região não ultrapassa, em 2001, os 6.000 milhares de contos legalmente autorizados. Após esta operação, a dívida directa da Região, será no final de 2001, de 55.639 milhares de contos.

O Governo apresenta como limite máximo de avales a conceder em 2001, a importância de 7.100 milhares de contos. Deste montante, 84.7% destina-se a financiar um conjunto de projectos integrados no programa plurianual de investimentos da Empresa de Electricidade dos Açores, S.A.



Capítulo IV

Conclusão

Após a análise dos documentos a comissão deliberou aprovar por maioria as propostas de Plano e Orçamento para 2001 bem como a proposta de Plano a Médio Prazo para 2001-2004, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD, do PP e do PCP, que reservaram a posição para plenário.

Angra do Heroísmo, 19 de Março de 2001

A Relatora: *Andreia Cardoso da Costa*

O relatório foi aprovado por

O Presidente: *Dionísio de Sousa*

Relatório e parecer final da Comissão de Economia sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2002

Introdução

A Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa Regional dos Açores reuniu na Delegação, em Angra do Heroísmo, no dia 7 de Novembro de 2001, com o objectivo de dar parecer

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

final sobre as Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2002, dando assim cumprimento ao disposto no artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

De acordo com o parecer emitido pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, as propostas de Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 2002 e o Plano Regional Anual para 2002 satisfazem os requisitos legais de enquadramento para merecerem a apreciação pelas comissões especializadas permanentes e posterior decisão do Plenário da Assembleia.

Assim sendo, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

A Comissão Permanente de Política Geral emitiu parecer sobre os documentos em análise, apreciando os seguintes programas e respectiva cobertura orçamental:

Programa 12 – equipamentos públicos

Programa 23 – protecção civil

Programa 27 – habitação

Programa 29 – cooperação externa

Programa 30 – administração local e regional

A Comissão Permanente de Política Geral deliberou aprovar por maioria as Propostas do Plano e Orçamento para o ano 2002, com o voto favorável do Partido Socialista e com a abstenção do Partido Social Democrata, que reserva a sua posição final para plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais emitiu parecer sobre os documentos apresentados, analisando os seguintes programas e respectivo financiamento:

Programa 16 – desenvolvimento da actividade científica e tecnológica

Programa 17 – desenvolvimento das infra-estruturas educacionais

Programa 18 – desenvolvimento do sistema educativo

Programa 19 – juventude e emprego

Programa 20 – desenvolvimento de infra-estruturas de saúde

Programa 21 – desenvolvimento do sistema de saúde

Programa 22 – desenvolvimento do sistema de solidariedade social

Programa 25 – património e actividades culturais

Programa 26 – desenvolvimento desportivo

Programa 33 – calamidades

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais aprovou por maioria as propostas do Plano e Orçamento 2002 com os votos favoráveis do Partido Socialista e com as abstenções do Partido Social Democrata e do Partido Comunista Português, que reservaram a sua posição para plenário.

A Comissão de Economia emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental:

Programa 1 – fomento agrícola

Programa 2 – apoio à transformação e comercialização dos produtos agropecuários

Programa 3 – diversificação agrícola

Programa 4 – desenvolvimento florestal

Programa 5 – estruturas de apoio à actividade da pesca

Programa 6 – modernização das pescas

Programa 7 – desenvolvimento do turismo

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Programa 8 – desenvolvimento Industrial

Programa 9 – desenvolvimento do comércio e exportação

Programa 10 – sistemas de incentivos

Programa 11 – sistema rodoviário regional

Programa 13 – consolidação e modernização dos transportes marítimos

Programa 14 – desenvolvimento dos transportes aéreos

Programa 15 – consolidação e modernização do sector energético

Programa 31 – planeamento e finanças

Programa 32 – reestruturação do sector público regional

A Comissão de Economia aprovou, por maioria, as propostas de Plano e Orçamento para 2002 com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD e do PCP, que reservaram a sua posição para plenário.

A Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho analisou as áreas que são da sua competência, e sua cobertura:

Programa 19 – juventude e emprego (emprego e formação profissional)

Programa 24 – qualidade ambiental

Programa 28 – comunicação social

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou emitir parecer favorável à aprovação das propostas de Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 2002 e de Plano Regional Anual para 2002. O referido parecer foi aprovado por maioria, com o voto favorável do PS e as abstenções do PSD e do PCP, que reservaram a sua posição final para plenário.

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia, bem como os pareceres recebidos na Assembleia e emitidos pelas seguintes entidades:

União das Instituições Particulares de Solidariedade Social

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Quercus – Núcleo de São Miguel
Federação Agrícola dos Açores
Universidade dos Açores
Câmara Municipal da Ribeira Grande
CGTP – Açores
Câmara de Comércio e Indústria dos Açores
Câmara Municipal da Horta
Câmara Municipal do Nordeste
Câmara Municipal da Povoação
Câmara Municipal da Praia da Vitória

Capítulo I

Apreciação e parecer sobre a Proposta de Plano Regional para 2002

Enquadramento Jurídico

A proposta em análise tem enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional, bem como o Plano a Médio Prazo.

Assim, de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 30º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa Regional do Açores analisa e aprova o Plano e Orçamento Regional elaborados pelo Governo Regional no âmbito das competências definidas.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho pronunciou-se favoravelmente sobre o enquadramento legal das referidas propostas.

2. Enquadramento da proposta de Plano para 2002 nas grandes opções do Plano.

O Governo da República, nas Grandes Opções do Plano para 2002, mais precisamente na 2ª Opção – reforçar a cidadania para assegurar a qualidade da democracia - sustenta o propósito de desenvolver a sua acção nas Regiões Autónomas de forma a consolidar a coesão económica e social nacional e procurando compensar estas regiões das desvantagens inerentes à sua condição insular e ultraperiférica.

Assim, o Governo da República pretende prosseguir um conjunto de acções nos diversos sectores da actividade governativa: na Economia, na Cultura, no Ambiente e nas Pescas.

Na área da Economia, o Programa Operacional de Economia (POE), assume particular relevância, sendo mesmo considerado a principal forma de cooperação entre o Ministério da Economia e as Regiões Autónomas.

A gestão do POE é da competência de entidades da própria RAA, estando esta regulada por protocolo de colaboração, assinado em 2000, que prevê a distribuição de competências a nível regional e a nível central, de acordo com a previsão da dotação orçamental. Espera-se para o ano 2002 uma forte procura dirigida a projectos no âmbito do turismo, com maior incidência em novas unidades hoteleiras e/ou adaptação e remodelação de unidades existentes e, para além destes, projectos no domínio energético e de ordenamento empresarial e urbanismo comercial.

Na área da Cultura e Comunicação Social, estão previstas formas de cooperação entre este Ministério e as entidades regionais, nomeadamente

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

no que se refere ao alargamento da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas bem como o alargamento da Rede Nacional de Museus às Regiões Autónomas.

Ao nível da Comunicação Social, o Governo da República pretende iniciar as emissões de Televisão Digital Terrestre, cujo plano de cobertura privilegiará as Regiões Autónomas passando a dispor de acesso generalizado aos canais de cobertura nacional.

Na área do Ambiente, foram estabelecidos projectos em 3 domínios:

- planeamento e gestão dos recursos hídricos, nomeadamente através do Plano Regional de Água dos Açores (PRAA);
- ordenamento da orla costeira e das bacias hidrográficas das lagoas da RAA;
- programa POLIS, mediante o desenvolvimento de uma intervenção da componente 2 – Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial – em Angra do Heroísmo.

Na área das Pescas, o Governo da República continuará a assegurar as verbas necessárias para o financiamento da componente nacional nos sistemas comunitários de apoio a este sector produtivo.

3. Conclusão e parecer final sobre a proposta de Plano para 2002.

No cálculo do investimento global previsto para o ano de 2002 na Região deverão ser considerados, para além das despesas do plano financiadas pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos, designadamente do orçamento da Segurança Social, do FEOGA, do FSE e do IFOP, bem como os investimentos realizados pelas empresas públicas e pelas Juntas Autónomas.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

O investimento global para o próximo ano ascende a 403.340.890 euros, aproximadamente 80.862.588 contos. As duas parcelas com maior peso no investimento público global são o investimento do plano, 62%, seguida de outros fundos, 12%.

Investimento Público - 2002

Designação	euros	contos
1) Investimento do Plano	250.156.883	50.151.952
2) Outros Fundos	69.458.255	13.925.130
3) Empresas Públicas	38.278.784	7.674.207
EDA	34.432.553	6.903.107
SATA	2.334.873	468.100
LOTAÇOR	1.511.358	303.000
4) Fundos e organismos autónomos	45.446.968	9.111.299
Junta Autónoma do Porto de Ponta		
Delgada	11.503.990	2.306.343
Junta Autónoma do Porto de Angra do		
Heroísmo	20.381.740	4.086.172
Junta Autónoma do Porto da Horta	12.000.000	2.405.784
Fundo Regional de Abastecimento	498.798	100.000
Fundo Regional de Acção Social	1.062.440	213.000
Totais (=1+2+3+4)	403.340.890	80.862.588

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Na desagregação por objectivos gerais, verifica-se que a dinamização do crescimento e o aumento dos níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas de desenvolvimento são os vectores com dotação mais significativa, apresentado um peso de 30,07% e 20,88%, respectivamente, do investimento do plano. Em terceiro lugar aparece a valorização e aumento dos níveis de protecção da sociedade açoriana (16,72%), seguida da promoção da sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida (13.71%).

Em termos de desagregação por programas, constata-se que o mais dotado, no Plano para 2002, é o programa 33 – calamidades – prevendo-se um investimento de 28.763.315 euros, o que corresponde a 11,5% do total. Segue-se o programa 11 – sistema rodoviário regional – dotado com 24.939.896 euros, depois programa 17 – desenvolvimento de infra-estruturas educacionais – dotado com 22.445.000 euros. Para além dos referidos programas, cumpre ainda destacar a dotação do programa 10 – sistema de incentivos - e do programa 2 –apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários – com 20.201.316 euros e 16.458.450 euros, respectivamente.

Por fim, compete realçar o programa 7 - desenvolvimento do turismo – dotado com 8.512.397 euros, o programa 16 – desenvolvimento da actividade científica e tecnológica – com 6.803.155 euros e programa 24 – qualidade ambiental – com 9.980.185 euros. Embora com menor peso no investimento do Plano Anual para 2002 os programas referidos são fortemente potenciadores do desenvolvimento e da qualidade de vida da Região Autónoma dos Açores.

Estes planos preconizam um turismo competitivo, sustentável e de qualidade mediante uma política integrada do ponto de vista ambiental,

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

cultural, social e económico, criando as condições para que este sector venha a assumir um papel de relevo na economia da Região pelos efeitos directos e indirectos sobre o tecido produtivo e sobre o emprego.

O empenhamento no desenvolvimento do turismo justifica-se plenamente uma vez que se trata de um sector com forte capacidade de expansão, senão aquele que tem maior capacidade de expansão, e que tem vindo a evidenciar uma evolução significativa designadamente ao nível da captação de investimento .

A aposta na ciência e tecnologia, dando continuidade aos projectos iniciados pelo VII Governo, pretende implementar meios e instrumentos que potenciem o melhoramento e desenvolvimento da sociedade da informação nos Açores, através da melhoria da capacidade de investigação e a aplicação das novas tecnologias e do apoio ao desenvolvimento e criação de novas empresas de serviços tecnologicamente avançados.

As preocupações com a qualidade do ambiente são reiteradas nestes documentos, através dos quais se pretende compatibilizar o crescimento económico com a salvaguarda dos valores ambientais.

Pelo exposto, após a análise da proposta de Plano para 2002, tendo em conta as audições dos senhores Secretários e os relatórios e pareceres das restantes comissões permanentes da Assembleia Legislativa Regional do Açores, a Comissão de Economia deliberou aprovar, por maioria, a proposta de Plano para 2002, com os votos favoráveis do Partido Socialista, o voto contra do Partido Social Democrata e a abstenção do Partido Comunista Português, que reserva a sua posição para plenário.



Capítulo II

Apreciação e parecer sobre a proposta de Orçamento Regional para 2002

A proposta de Orçamento para 2002, apresentada pelo Governo à A.L.R.A., com um valor de 751.973 milhares de euros, sem contas de ordem, traduz um decréscimo de 7,1% relativamente ao montante inscrito no orçamento para o ano de 2001.

Se adicionarmos as contas de ordem, 216.974 milhares de euros, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 968.920 milhares de euros, representando uma redução de 3,7% relativamente ao ano anterior.

Relativamente à Receita Total prevista para 2002, sem contas de ordem, atinge o valor global de 751.953 milhares de euros, menos 7,1% do que o previsto para 2001.

Receitas	Dotação	
	(10³ euros)	%
Impostos Directos	111.647	14,8
Impostos Indirectos	283.510	37,7
Taxas Multas e outras	5.487	
Penalidades		0,7
Transferências	274.015	36,4
Passivos Financeiros	62.350	8,3
Outras Receitas	14.964	2,0
Total (sem contas de ordem)	751.973	100,0
Contas de Ordem	216.947	-

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Total	968.920	-
--------------	----------------	----------

As Receitas Efectivas, que correspondem às receitas totais deduzidas dos passivos financeiros, atingem uma previsão global de 689.623 milhares de euros e representam 91,7% do total de receitas, sem contas de ordem.

As Receitas Próprias da Região representam a maior componente das receitas efectivas (51,8%), seguidas das Transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia (39,7%).

O IVA é o imposto com maior peso no total das receitas fiscais (230.887 milhares de euros), seguindo-se o IRS (88.703 milhares de euros) e o IRC (22.450 milhares de euros).

Quanto ao valor global da despesa prevista para o ano 2002 atinge, sem contas de ordem, 751.973 milhares de euros. As **Despesas Correntes** representam 66,0% da despesa global, seguindo-se as **Despesas do Plano**, com 33,3%, e as **Despesas de Capital**, com 0,7%.

Despesas	Dotação	
	(10³ euros)	%
Despesas Correntes	496.498	66,0
Despesas de Capital	5.318	0,7
Despesas do Plano	250.157	33,3
Total (sem contas de ordem)	751973	
Contas de Ordem	216.947	-
Total	968.920	-

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

As Despesas Correntes ascendem a 469.499 milhares de euros, sendo que as Despesas com o Pessoal (250.247 milhares de euros) e as Transferências Correntes (198.269 milhares de euros) representam, conjuntamente, 90,3% daquele valor.

As Despesas de Capital atingem um valor de 5.318 milhares de euros, menos 91,9% do que em 2001. Tal decréscimo deve-se ao facto de, ao contrário do que verificou em 2001, não se prever qualquer amortização de capital

As Despesas do Plano totalizam o valor de 250.157 milhares de euros, menos 8,0% do que o valor orçamentado para 2001. A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, com uma dotação de 64.844 milhares de euros, é o Departamento com maior dotação. Segue-se a Secretaria Regional da Economia, com uma dotação de 48.383 milhares de euros, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, com 45.893 milhares de euros e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 38.407 milhares de euros.

Após a análise do Orçamento Regional para 2002, a Comissão deliberou aprovar o documento por maioria com os votos favoráveis do Partido Socialista, a abstenção do Partido Comunista Português e o voto contra do Partido Social Democrata.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

COMISSÃO DE ECONOMIA

Angra do Heroísmo, 7 de Novembro de 2001

A Relator: *Andreia Cardoso da Costa*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Dionísio de Sousa*

(Os anexos ao presente relatório encontram-se arquivados no respectivo processo)